

CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS NA ESCOLA: DIREITOS, ACOLHIMENTO E DESAFIOS À INCLUSÃO

TRANS CHILDREN AND ADOLESCENTS IN SCHOOL: RIGHTS, INSTITUTIONAL SUPPORT, AND CHALLENGES TO INCLUSION

NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES TRANS EN LA ESCUELA: DERECHOS, ACOGIDA Y DESAFÍOS PARA LA INCLUSIÓN

Simone Couto de Souza Ricardo¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a produção científica brasileira sobre a escolarização de crianças e adolescentes trans, buscando compreender como as pesquisas abordam os direitos, as experiências de exclusão, as práticas de acolhimento e os desafios institucionais presentes no contexto escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio do levantamento, seleção e análise de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicadas entre 2008 e 2025. O corpus analítico foi constituído por sete pesquisas (cinco dissertações e duas teses) que atenderam aos critérios estabelecidos para o estudo. Os resultados evidenciam que, embora os avanços normativos tenham ampliado o reconhecimento dos direitos dessa população, persistem desafios relacionados à efetivação desses direitos nas práticas escolares. As pesquisas convergem ao destacar a importância da formação continuada dos profissionais da educação, do fortalecimento de práticas institucionais de acolhimento e do reconhecimento da identidade de gênero como elementos essenciais para a permanência, a participação e o desenvolvimento dos estudantes trans. Os resultados indicam que a efetivação do direito à educação de crianças e adolescentes trans depende da articulação entre políticas públicas, cultura escolar e práticas pedagógicas comprometidas com a promoção dos direitos humanos, da equidade e do respeito à diversidade.

1

Palavras-chave: Crianças trans. Inclusão escolar. Direitos humanos.

ABSTRACT: This article aims to analyze Brazilian scientific production on the schooling of transgender children and adolescents, seeking to understand how studies address rights, experiences of exclusion, institutional support, and institutional challenges within the school context. This qualitative bibliographic study was based on the identification, selection, and analysis of theses and dissertations available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), published between 2008 and 2025. Five dissertations and two theses met the inclusion criteria and comprised the analytical corpus. The findings show that, although legal and educational policies have strengthened the recognition of the rights of this population, significant challenges remain regarding the effective implementation of these rights in everyday school practices. The studies highlight the importance of continuous teacher education, institutional support, and the recognition of gender identity as essential conditions for the permanence, participation, and development of transgender students. The results indicate that ensuring the right to education for transgender children and adolescents requires the articulation of public policies, school culture, and pedagogical practices committed to human rights, equity, and respect for diversity.

Keywords: Transgender children. School inclusion. Human rights.

¹ Especialista em Educação e Mestranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/SC).

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la producción científica brasileña sobre la escolarización de niños, niñas y adolescentes trans, con el propósito de comprender cómo las investigaciones abordan los derechos, las experiencias de exclusión, las prácticas de acogida y los desafíos institucionales presentes en el contexto escolar. Se trata de una investigación bibliográfica con enfoque cualitativo, desarrollada mediante la identificación, selección y análisis de tesis y disertaciones disponibles en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), publicadas entre 2008 y 2025. Cinco disertaciones y dos tesis cumplieron los criterios de inclusión y conformaron el corpus analítico de la investigación. Los resultados muestran que, aunque los avances normativos han ampliado el reconocimiento de los derechos de esta población, persisten desafíos relacionados con la aplicación efectiva de esos derechos en las prácticas escolares. Las investigaciones destacan la importancia de la formación continua de los profesionales de la educación, el fortalecimiento de las prácticas institucionales de acogida y el reconocimiento de la identidad de género como elementos esenciales para la permanencia, la participación y el desarrollo de los estudiantes trans. Los resultados indican que la garantía del derecho a la educación de niños, niñas y adolescentes trans requiere la articulación entre las políticas públicas, la cultura escolar y las prácticas pedagógicas comprometidas con los derechos humanos, la equidad y el respeto por la diversidad.

Palabras clave: Niños y adolescentes trans. Inclusión escolar. Derechos humanos.

I INTRODUÇÃO

A escola contemporânea tem sido desafiada a responder a uma realidade marcada pela diversidade humana e pela crescente complexidade das demandas sociais. Diferenças relacionadas à deficiência, às relações étnico-raciais, ao gênero, à sexualidade, à condição migratória e às vulnerabilidades sociais atravessam o cotidiano escolar, evidenciando que garantir o acesso à educação, embora indispensável, não assegura, por si só, participação, pertencimento e reconhecimento. Nessa perspectiva, a inclusão escolar ultrapassa a dimensão do acesso e configura-se como um compromisso ético, político e pedagógico voltado ao enfrentamento das desigualdades e das práticas discriminatórias historicamente presentes nas instituições educacionais.

Como afirma Candau (2012), educar na perspectiva da diversidade implica reconhecer as diferenças como constitutivas da experiência humana e construir práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na equidade e no respeito. Nessa mesma direção, Junqueira (2009) argumenta que a escola não constitui um espaço neutro, mas uma instituição atravessada por normas e relações de poder que podem reproduzir desigualdades quando não problematizam preconceitos relacionados ao gênero e à sexualidade. Essa compreensão também dialoga com as reflexões de Butler (2003), ao evidenciar que as normas de gênero são socialmente produzidas e influenciam os processos de reconhecimento e exclusão vivenciados pelos sujeitos. Sob essa perspectiva, promover uma educação inclusiva pressupõe reconhecer a pluralidade das identidades e enfrentar práticas que naturalizam discriminações no cotidiano escolar.

Sob essa perspectiva, a compreensão da inclusão escolar ampliou-se, deixando de restringir-se às políticas destinadas ao público da Educação Especial para incorporar diferentes dimensões da diversidade humana. Conforme argumenta Gomes (2017), a diversidade constitui uma construção histórica, social e cultural, produzida nas relações sociais e atravessada por disputas de poder. Essa compreensão desloca a inclusão de uma perspectiva centrada apenas no acesso para outra comprometida com o reconhecimento das diferenças, o enfrentamento das desigualdades e a efetivação dos direitos no cotidiano escolar.

No Brasil, esse entendimento foi gradualmente incorporado às políticas públicas educacionais por meio de marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reforçou o compromisso do Estado com a eliminação de barreiras, a promoção da participação e a garantia da educação inclusiva em igualdade de oportunidades.

Esses marcos legais reafirmam a educação como direito de todos e orientam os sistemas de ensino para a promoção da equidade, da permanência escolar e do enfrentamento das práticas discriminatórias. Entretanto, a existência de um arcabouço normativo robusto não garante, por si só, a efetivação desses direitos no cotidiano das escolas, onde persistem desafios relacionados ao reconhecimento das diferenças e à construção de práticas verdadeiramente inclusivas.

Entre os estudantes que ainda encontram obstáculos para o pleno exercício do direito à educação estão as crianças e os adolescentes trans. O reconhecimento da identidade de gênero, o uso do nome social, o acolhimento institucional e a construção de ambientes escolares seguros permanecem como desafios para muitas instituições de ensino, revelando que processos de discriminação e invisibilização continuam comprometendo a permanência e o desenvolvimento desses estudantes.

Embora as discussões sobre diversidade sexual e de gênero tenham se ampliado nas últimas décadas, a escola permanece como um espaço de produção e regulação de identidades. Conforme destaca Louro (2014), as instituições escolares não apenas transmitem conhecimentos, mas também participam da produção e da legitimação de modos de ser, estabelecendo expectativas sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades. Nesse processo, determinadas identidades são reconhecidas e valorizadas, enquanto outras permanecem invisibilizadas ou submetidas a diferentes formas de exclusão.

Nesse contexto, ainda são escassas as pesquisas que analisam especificamente a escolarização de crianças e adolescentes trans, articulando direitos, acolhimento e preparo institucional das escolas. Essa lacuna evidencia a necessidade de ampliar o conhecimento produzido sobre a temática, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com a garantia dos direitos humanos e com a construção de espaços escolares efetivamente inclusivos.

Diante desse cenário, torna-se relevante sistematizar e analisar criticamente a produção científica brasileira sobre a escolarização de crianças e adolescentes trans, de modo a compreender como as pesquisas têm abordado os direitos, as experiências de exclusão, as práticas de acolhimento e os desafios institucionais presentes no contexto escolar. Ao reunir e interpretar essas produções, este estudo busca contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a temática, evidenciando avanços, lacunas e desafios que possam subsidiar futuras pesquisas, políticas públicas e práticas educacionais comprometidas com a promoção dos direitos humanos e da inclusão. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir do levantamento de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicadas entre 2008 e 2025.

2 MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida com o objetivo de analisar a produção acadêmica brasileira sobre a escolarização de crianças e adolescentes trans. A opção por esse delineamento possibilitou identificar tendências, contribuições e lacunas presentes nas teses e dissertações que abordam a temática no contexto educacional.

O levantamento das produções foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), escolhida por reunir pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação de diferentes instituições brasileiras e constituir uma das principais bases de acesso à produção científica nacional.

Como recorte temporal, foram consideradas as pesquisas publicadas entre 2008 e 2025. O ano de 2008 foi definido como marco inicial em razão da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento que ampliou as discussões sobre inclusão, diversidade e equidade no campo educacional. O ano de 2025 corresponde ao

período de desenvolvimento desta investigação, permitindo contemplar as produções mais recentes sobre a temática.

As buscas foram realizadas por meio dos operadores booleanos "direito à sexualidade" AND "respeito nas escolas" AND "acolhimento" e "Crianças Trans" AND "Escola" AND "Inclusão". O levantamento inicial identificou 67 teses e dissertações. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos, resumos e introduções para verificar a pertinência dos estudos em relação ao objeto investigado.

Após essa etapa de triagem, sete pesquisas foram selecionadas por apresentarem aderência ao objetivo deste estudo, especialmente no que se refere às experiências escolares de crianças e adolescentes trans, às práticas de acolhimento e às respostas institucionais desenvolvidas pelas escolas. As pesquisas selecionadas constituíram o corpus analítico desta revisão bibliográfica, composto por cinco dissertações e duas teses. Os demais 60 trabalhos foram excluídos por abordarem temáticas distintas, relacionadas principalmente aos campos da saúde, assistência social, educação de adultos ou políticas públicas sem interface direta com a escolarização de crianças e adolescentes trans.

As pesquisas selecionadas foram submetidas à leitura integral e à análise interpretativa, buscando identificar recorrências, aproximações e especificidades relacionadas aos direitos, às práticas de acolhimento, às experiências de violência e às estratégias institucionais voltadas à permanência escolar desses estudantes. A partir desse processo, foram organizadas categorias analíticas que orientaram a discussão dos resultados e possibilitaram compreender como a produção acadêmica brasileira tem tratado a temática investigada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) identificou inicialmente 67 teses e dissertações relacionadas à temática investigada. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos nesta pesquisa, sete pesquisas (cinco dissertações e duas teses) constituíram o corpus de análise. Esse resultado evidencia que, embora as discussões sobre diversidade de gênero tenham se ampliado nas últimas décadas, a produção acadêmica voltada especificamente à escolarização de crianças e adolescentes trans ainda permanece reduzida.

Considerando o recorte temporal estabelecido para este estudo, a Tabela 1 reúne as pesquisas publicadas entre 2008 e 2025 que tratam da temática no contexto escolar.

Tabela 1 – Distribuição temporal das teses e dissertações selecionadas sobre crianças e adolescentes trans no contexto escolar (2008–2025).

Ano	Dissertações	Teses	Total
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011	-	-	-
2012	-	-	-
2013	-	-	-
2014	-	-	-
2015	-	-	-
2016	-	-	-
2017	3	-	3
2018	-	-	-
2019	-	-	-
2020	-	1	1
2021	-	-	-
2022	-	-	-
2023	1	1	2
2024	-	-	-
2025	1	-	1
Total	5	2	7

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com dados extraídos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Do universo inicial de 67 trabalhos identificados, apenas sete atenderam aos critérios de elegibilidade estabelecidos para esta revisão, correspondendo a aproximadamente 10,4% do total das produções localizadas. Esse dado evidencia tanto o rigor adotado na seleção do corpus quanto a reduzida produção acadêmica especificamente voltada à escolarização de crianças e adolescentes trans.

A distribuição temporal das pesquisas demonstra que a produção científica sobre a temática se intensificou principalmente na última década, indicando que o interesse acadêmico acompanha a ampliação dos debates sobre diversidade, direitos humanos e inclusão escolar. Apesar desse crescimento, o número reduzido de estudos evidencia que a temática permanece em consolidação no cenário científico nacional.

Quadro 1 – Caracterização e principais contribuições das pesquisas analisadas.

Autor (Ano)	Área	Foco da pesquisa	Principal contribuição	Contribuições e desafios
Guimarães (2017)	Bioética	Escolarização e direitos de crianças trans	Evidencia a necessidade de reconhecimento dos direitos no contexto escolar.	Formação dos profissionais e efetivação dos direitos.
Jacob (2017)	Direito	Direitos humanos e diversidade	Destaca a importância do diálogo e da proteção dos direitos fundamentais.	Construção de ambientes escolares democráticos.
Roza (2017)	Educação	Diversidade e inclusão escolar	Analisa percepções sobre estudantes trans e processos de inclusão.	Persistência de preconceitos e exclusões sutis.
Silva (2020)	Educação	LGBTIfobia no contexto escolar	Demonstra as tensões entre acolhimento e práticas discriminatórias.	Permanência e reconhecimento dos estudantes trans.
Moura (2023)	Psicologia	Formação docente e diversidade de gênero	Evidencia a necessidade de qualificação profissional para atuação inclusiva.	Insegurança docente e ausência de formação continuada.
Dias (2023)	Psicologia	Violências e organização escolar	Analisa como práticas institucionais podem reforçar processos de exclusão.	Cultura escolar e violências institucionais.
Gomes (2025)	Educação	Cultura escolar e identidades trans	Discute o reconhecimento das identidades trans no cotidiano escolar.	Transformação das práticas institucionais e pedagógicas.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A sistematização apresentada no Quadro 1 evidencia que, apesar das especificidades de cada investigação, as pesquisas convergem em torno de questões relacionadas ao reconhecimento das identidades trans, à efetivação dos direitos e aos desafios enfrentados pelas instituições escolares. A partir dessas aproximações, desenvolve-se a discussão integrada apresentada a seguir.

A análise conjunta das dissertações e teses evidencia que, embora desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento e contextos institucionais, elas convergem ao reconhecer que

a escolarização de crianças e adolescentes trans permanece marcada por tensões entre a ampliação dos direitos e a permanência de práticas excludentes no cotidiano escolar. Em conjunto, os estudos indicam que os avanços normativos observados nas últimas décadas representam importantes conquistas para a valorização da diversidade de gênero, mas ainda encontram limites quando traduzidos em práticas pedagógicas, relações institucionais e processos de acolhimento efetivamente inclusivos.

Essa convergência torna-se particularmente evidente nas pesquisas de Silva (2020), Dias (2023) e Gomes (2025), que, embora partam de diferentes perspectivas teóricas, apontam para a escola como espaço simultaneamente atravessado por possibilidades de reconhecimento e por mecanismos de regulação das identidades. Enquanto Silva (2020) analisa as disputas entre práticas de acolhimento e manifestações de LGBTIfobia no contexto escolar, Dias (2023) evidencia que determinadas formas de organização institucional podem contribuir para a reprodução de processos de violência e exclusão. Em diálogo com esses estudos, Gomes (2025) demonstra que o reconhecimento das identidades trans exige mais do que discursos favoráveis à diversidade, demandando mudanças nas práticas institucionais e na cultura escolar.

Consideradas em conjunto, essas pesquisas indicam que a principal barreira à inclusão de crianças e adolescentes trans não reside na ausência de dispositivos legais, mas na dificuldade das instituições escolares em transformar os princípios da educação inclusiva em práticas cotidianas. O desafio identificado pelas dissertações desloca-se, portanto, do plano normativo para o plano institucional, evidenciando que a efetivação dos direitos depende da formação dos profissionais, da revisão das culturas escolares e da construção de relações baseadas no respeito às diferenças. Outro eixo recorrente nas pesquisas refere-se à formação dos profissionais da educação. Os estudos analisados indicam que a ausência de espaços formativos voltados às questões de gênero e diversidade repercute diretamente nas práticas escolares, produzindo insegurança, dificuldades de intervenção e, em alguns casos, a reprodução de concepções normativas acerca das identidades de gênero.

Nessa perspectiva, Guimarães (2017) e Moura (2023) contribuem para compreender que a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes trans depende não apenas da existência de políticas públicas, mas também da qualificação permanente dos profissionais responsáveis por sua implementação no cotidiano escolar.

As pesquisas também convergem ao atribuir centralidade ao diálogo, à escuta e ao acolhimento como elementos constitutivos de uma escola comprometida com os direitos

humanos. Jacob (2017) destaca a importância de práticas pedagógicas baseadas na reflexão coletiva e na construção de relações democráticas, enquanto Roza (2017) evidencia que a efetivação do direito à educação de estudantes trans ainda convive com preconceitos e formas sutis de exclusão. Esses resultados sugerem que o acolhimento não depende exclusivamente de iniciativas individuais de professores, mas da consolidação de uma cultura institucional que reconheça o diálogo, a escuta e o respeito às diferenças como princípios estruturantes da vida escolar.

Consideradas em conjunto, as sete dissertações revelam que a garantia do direito à educação de crianças e adolescentes trans ultrapassa o acesso e a permanência física na escola. Os estudos analisados indicam que a inclusão demanda a valorização das identidades, o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade, a formação continuada dos profissionais da educação e a construção de uma cultura escolar fundamentada no respeito às diferenças e na promoção dos direitos humanos.

Ao mesmo tempo, a reduzida quantidade de pesquisas identificadas evidencia que esse campo de investigação ainda se encontra em consolidação, reforçando a necessidade de ampliar estudos que contemplem diferentes contextos regionais e institucionais e contribuam para o aprofundamento das discussões sobre diversidade de gênero no espaço escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as teses e dissertações brasileiras que abordam a escolarização de crianças e adolescentes trans, com o objetivo de compreender como a produção acadêmica nacional tem discutido os direitos, as experiências de exclusão, as práticas de acolhimento e os desafios institucionais presentes no contexto escolar. A análise das sete dissertações selecionadas evidenciou que, embora a temática tenha conquistado maior visibilidade nas últimas décadas, a produção científica ainda é incipiente e concentrada em determinados contextos regionais, revelando a necessidade de ampliar as investigações sobre a escolarização de crianças e adolescentes trans em diferentes realidades educacionais brasileiras.

Os resultados revelam que as pesquisas convergem ao reconhecer a escola como um espaço marcado por permanentes tensões entre o avanço das políticas de reconhecimento e a persistência de práticas excludentes. Ainda que importantes marcos legais tenham ampliado a proteção dos direitos de crianças e adolescentes trans, a efetivação desses direitos depende da

capacidade das instituições escolares de transformar princípios normativos em práticas cotidianas de acolhimento, respeito e reconhecimento da diversidade.

Outro aspecto recorrente nas pesquisas analisadas refere-se à necessidade de investimentos permanentes na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Os estudos indicam que a insegurança diante das questões relacionadas à diversidade de gênero, associada à ausência de espaços de formação e de discussão institucional, continua representando um dos principais desafios para a construção de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

Como contribuição para o campo da Educação, este estudo sistematiza e analisa criticamente a produção acadêmica brasileira sobre a escolarização de crianças e adolescentes trans, evidenciando convergências, especificidades e lacunas ainda existentes nesse campo investigativo. Ao reunir e interpretar essas pesquisas de forma integrada, o artigo oferece subsídios para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, da formação de profissionais e da construção de ambientes escolares comprometidos com os direitos humanos e com o reconhecimento das múltiplas formas de existência.

Entre as limitações deste estudo destaca-se a utilização exclusiva de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o que não contempla artigos científicos, livros e outras produções acadêmicas que também discutem a temática. Além disso, o reduzido número de pesquisas identificadas evidencia que este ainda é um campo em consolidação.

Por fim, considera-se que futuras investigações poderão ampliar este levantamento, incorporando outras bases de dados, diferentes abordagens metodológicas e estudos desenvolvidos em distintos contextos regionais, contribuindo para aprofundar a compreensão das experiências escolares de crianças e adolescentes trans e para fortalecer práticas educacionais comprometidas com a equidade, o respeito às diferenças e a garantia do direito à educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

BUTLER J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDAU VM. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, 2012; 33(118): 235-250.

GOMES DG. A diferença na escola: experiências de escolarização de estudantes transgêneros de uma escola pública paraibana. Dissertação (Mestrado em Educação). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2025.

GOMES NL. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GUIMARÃES CCO. Inclusão e integração social da criança e do adolescente transgênero no ambiente escolar: um exercício de direito, saúde pública e cidadania. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

JACOB MJC. Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

JUNQUEIRA RD. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009.

LOURO GL. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOURA DLO. Educação em Direitos Humanos e enfrentamento às LGBTIfobias: narrativas de professoras/es do curso normal. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Processos Psicossociais e Coletivos). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023.

ROZA R. Diversidade sexual no espaço escolar: concepções, percepções e práticas de adolescentes em escola pública urbana do Sudoeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação). Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.

SILVA LM. Quem vê cara não vê orientação, nem a identidade de gênero: compreensões e práticas docentes frente às LGBTIfobias na escola. Tese (Doutorado em Educação – Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.